

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Tributo: Conceito e Classificações	17
1. Receitas originárias e receitas derivadas	17
2. O conceito constitucional de tributo	18
3. Análise do conceito do art. 3º do CTN	19
3.1. Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	19
3.2. Que não constitua sanção de ato ilícito	20
3.3. Instituída em Lei	23
3.4. Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	24
3.4.1. A privatização da Administração Tributária	25
3.4.2. Constituição de Crédito Tributário na Justiça do Trabalho ..	26
4. O artigo 4º do CTN	28
5. Classificações dos tributos	29
5.1. Tributos federais, estaduais, distritais e municipais	29
5.2. Tributos fiscais, extrafiscais e parafiscais	31
5.3. Tributos reais e pessoais	32
5.4. Tributos diretos e indiretos	34
Questões Objetivas	35
CAPÍTULO 2 – Espécies Tributárias	39
1. Impostos	39
2. Taxas	42

2.1.	Conceito e características gerais	42
2.2.	A base de cálculo das taxas	44
2.3.	Taxa de polícia	47
2.4.	Taxas de serviço	48
2.5.	Taxa e preço público	50
3.	Contribuição de melhoria	52
4.	Empréstimo compulsório	56
5.	Contribuições	58
5.1.	Características e Destinação da Arrecadação	58
5.2.	Contribuições e lei complementar	63
5.3.	Categorias	64
5.3.1.	Contribuições sociais	64
5.3.2.	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDEs .	67
5.3.3.	Contribuições no interesse de categorias profissionais e econômicas	69
5.3.3.1.	Generalidades	69
5.3.3.2.	Contribuição sindical e contribuição confedera- tiva 70	
5.3.3.3.	Conselhos profissionais e OAB	72
5.4.	Normas comuns às contribuições sociais e às contribuições no interesse de categorias profissionais e econômicas	74
5.5.	Parafiscalidade	76
5.6.	Jurisprudência do STF sobre as contribuições	78
5.6.1.	Contribuição para o FGTS	78
5.6.2.	Exaurimento das finalidades	80
5.6.3.	PIS e COFINS sobre receitas de instituições financeiras	81
5.6.4.	Contribuições sobre atos cooperativos	85
5.6.5.	Inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições sobre o faturamento (PIS e COFINS)	89
6.	Contribuição social de iluminação pública – COSIP	91
	Questões Objetivas	93

CAPÍTULO 3 – Lei Complementar em Matéria Tributária

1.	Introdução	99
2.	Inexistência de hierarquia entre lei complementar e lei ordinária	100

3. Tributos instituídos por lei complementar	101
4. Análise do art. 146 da CF	102
4.1. Teorias dicotômica e tricotômica	102
4.2. O <i>status</i> de lei complementar do Código Tributário Nacional	103
4.3. Conflitos de competência em matéria tributária	104
4.4. Regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	108
4.5. Normas gerais em matéria tributária	108
Questões objetivas	111

CAPÍTULO 4 – Princípios do Direito Tributário

1. Princípio da legalidade	113
1.1. Surgimento e previsão no direito brasileiro	113
1.2. A complementação do aspecto quantitativo por ato infralegal	118
1.3. Matérias não sujeitas à reserva da lei tributária	123
1.3.1. Fixação do prazo de pagamento do tributo	124
1.3.2. Atualização monetária	125
1.3.3. Obrigações acessórias	126
1.3.4. Exceções ou mitigações ao princípio da legalidade	127
1.4. Princípio da legalidade e medidas provisórias em matéria tributária .	129
1.5. Princípio da exigência de lei específica para a renúncia de receitas tributárias	131
2. Princípio da isonomia	133
3. Princípios da irretroatividade e da anterioridade – Segurança jurídica	141
3.1. Princípio da irretroatividade	142
3.1.1. Irretroatividade e tributos de apuração anual	143
3.2. Princípio da anterioridade anual	147
3.2.1. Revogação de isenções e anterioridade	150
3.2.2. Exceções ao princípio da anterioridade anual	153
3.3. Anterioridade nonagesimal (noventa)	155
3.4. Anterioridade e medida provisória	159
4. Princípio do não confisco	162
5. Princípio da liberdade de tráfego	165
6. Vedações à União e não discriminação em razão da procedência ou destino	168

6.1.	Uniformidade geográfica e não discriminação em razão da procedência ou destino	168
6.2.	Vedação às isenções heterônomas	171
6.3.	Vedação da tributação discriminatória da renda	174
7.	Direitos individuais em matéria tributária	175
7.1.	Sigilo bancário	175
7.2.	Sanções políticas	178
7.2.1.	A apreensão de mercadorias importadas pelo não recolhimento de tributos	179
7.2.2.	Hipóteses não caracterizadas como sanção política	181
7.3.	Direito de petição em matéria tributária	186
7.4.	Ações judiciais em matéria tributária e a inafastabilidade do controle jurisdicional	188
	Questões objetivas	191

CAPÍTULO 5 – Competência Tributária e Imunidades Tributárias

1.	Competência tributária	195
1.1.	Definição	195
1.2.	Características da competência tributária	196
1.3.	Competência tributária e repartição de receitas	200
1.4.	Bitributação e <i>Bis in idem</i>	203
2.	Imunidades tributárias	204
2.1.	As Imunidades e as Competências Tributárias	204
2.2.	Conceito	205
2.3.	Imunidades e isenções	207
2.4.	Classificação	209
2.5.	Imunidade recíproca	213
2.5.1.	Fundamento	214
2.5.2.	“Patrimônio, renda ou serviços”	215
2.5.3.	Imunidade recíproca e impostos indiretos	215
2.5.4.	Imunidade recíproca extensiva	217
2.5.4.1.	Finalidades essenciais	217
2.5.4.2.	O caso “sui generis” da OAB	218
2.5.4.3.	Exploração de atividade econômica e as empresas públicas e sociedades de economia mista	220

2.6.	Imunidade dos templos de qualquer culto	228
2.6.1.	Fundamento	228
2.6.2.	Abrangência	229
2.6.3.	Finalidades essenciais	230
2.7.	Imunidade das entidades do art. 150, VI, 'c' – partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	231
2.7.1.	Partidos políticos e entidades sindicais dos trabalhadores .	231
2.7.2.	Instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	232
2.7.2.1.	Fundamento	232
2.7.2.2.	Finalidades essenciais e a ausência de fins lucrativos	233
2.7.2.3.	Impostos indiretos	237
2.7.2.4.	Requisitos da lei	238
2.8.	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão	246
2.8.1.	Fundamento e abrangência	247
2.8.2.	Hipóteses não abarcadas pela imunidade	252
2.9.	Imunidade de fonogramas e videogramas musicais	254
2.9.1.	Fundamento e abrangência	254
2.9.2.	Diálogo com acordos internacionais	256
2.10.	Imunidades específicas	257
2.10.1.	Introdução	257
2.10.2.	Imunidades específicas de impostos	257
2.10.2.1.	Imunidades relativas aos impostos incidentes nas exportações – IPI e ICMS	257
2.10.2.2.	Imunidade das pequenas glebas rurais	260
2.10.2.3.	Imunidade do ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial	262
2.10.2.4.	Imunidade das operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país	262
2.10.2.5.	Imunidade das prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita .	264

2.10.2.6. Imunidade sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica	264
2.10.2.7. Imunidade sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, bem como sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica	265
2.10.2.8. Imunidade das operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária	266
2.10.3. Imunidades de taxas	267
2.10.4. Imunidades de contribuições	269
2.10.4.1. Imunidade da contribuição social do trabalhador e outros segurados sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social	269
2.10.4.2. Imunidade das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre as receitas decorrentes de exportação	270
2.10.4.3. Imunidade de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei	273

Questões objetivas 286

CAPÍTULO 6 – Impostos Federais, Estaduais e Municipais 293

1. Impostos federais	293
1.1. Imposto de importação	294
1.1.1. Noções introdutórias	294
1.1.2. Fato gerador	295
1.1.3. Contribuinte	298
1.1.4. Base de cálculo	298
1.1.5. Drawback	299
1.1.6. Imposto de importação e sanção Política	301
1.2. Imposto de Exportação	302

1.2.1.	Noções introdutórias	302
1.2.2.	Fato gerador	303
1.2.3.	Contribuinte	305
1.2.4.	Base de cálculo	305
1.3.	Imposto sobre a renda	306
1.3.1.	Noções introdutórias	306
1.3.2.	Fato gerador	308
1.3.3.	Contribuinte	309
1.3.4.	Base de cálculo	311
1.3.5.	A tributação em bases universais e as empresas controladas e coligadas no exterior	312
1.4.	Imposto sobre Produtos Industrializados	314
1.4.1.	Noções introdutórias	314
1.4.2.	Fato gerador	315
1.4.3.	Contribuinte	319
1.4.4.	Base de cálculo e alíquotas	320
1.4.5.	A não-cumulatividade do IPI	321
1.5.	Imposto sobre “operações financeiras”	328
1.5.1.	Noções introdutórias	328
1.5.2.	Fato Gerador	329
1.5.3.	Contribuinte	332
1.5.4.	Base de cálculo	334
1.5.6.	IOF sobre o ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial	334
1.6.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	335
1.6.1.	Noções introdutórias	335
1.6.2.	Fato Gerador	336
1.6.3.	Contribuinte	339
1.6.4.	Base de cálculo	340
1.6.5.	Imunidade das pequenas glebas rurais	343
1.6.6.	Fiscalização e cobrança do ITR pelos Municípios	345
1.7.	Imposto sobre Grandes Fortunas	345
1.8.	Impostos Extraordinários de Guerra	346
2.	Impostos estaduais	347
2.1.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação	350

2.1.1.	Noções introdutórias	350
2.1.2.	Fato gerador	351
2.1.3.	Contribuintes	353
2.1.4.	Base de cálculo	353
2.2.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	354
2.2.1.	Noções introdutórias	354
2.2.2.	Fato gerador	354
2.2.2.1.	Operações de circulação de mercadorias	355
2.2.2.2.	Prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	357
2.2.2.3.	Prestação de serviços de comunicação	359
2.2.3.	Contribuinte	360
2.2.4.	Base de cálculo	360
2.2.5.	ICMS na importação	363
2.2.6.	ICMS e operações de arrendamento mercantil	367
2.2.7.	A não cumulatividade do ICMS	371
2.2.8.	Fornecimento de mercadorias em conjunto com a prestação de serviços	373
2.2.9.	ICMS nas operações interestaduais	375
2.2.10.	Convênios do CONFAZ e os benefícios fiscais do ICMS	378
2.2.11.	Imunidades do ICMS	379
2.2.12.	ICMS e substituição tributária progressiva	385
2.3.	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor	389
2.3.1.	Noções introdutórias	389
2.3.2.	Fato gerador	390
2.3.3.	Contribuintes	391
2.3.4.	Base de cálculo	392
3.	Impostos municipais	393
3.1.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	394
3.1.1.	Noções introdutórias	394
3.1.2.	Fato gerador	394
3.1.3.	Contribuinte	397
3.1.4.	Base de cálculo	400

3.1.5.	Progressividade	400
3.2.	Imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição	403
3.2.1.	Noções introdutórias	403
3.2.2.	Fato gerador	403
3.2.3.	Contribuinte	405
3.2.4.	Base de cálculo	405
3.2.5.	Imunidade específica do ITBI	406
3.3.	Imposto sobre Serviços	408
3.3.1.	Noções introdutórias	408
3.3.2.	Fato gerador	409
3.3.3.	Contribuinte	412
3.3.4.	Base de cálculo	412
3.3.5.	Conflitos entre ISS e ICMS	415
3.3.6.	Importação e exportação de serviços	417
Questões objetivas	419
Referências	431